



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

## 14. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

RESULTADO FINANCEIRO E FISCAL		
Itens	Valor (em Reais)	Observações
<b>Superávit Financeiro</b>	1.194.085.212,72	
<b>Resultado Primário</b>	220.415.644,88	Meta prevista na LDO era R\$ 253.859.400,00
<b>Resultado Nominal</b>	235.423.239,52	Meta prevista na LDO era R\$ 1.627.751.000,0
<b>Receita Corrente Líquida</b>	12.435.718.768,07	

LIMITES: LRF/RESOLUÇÃO DO SENADO E CONSTITUCIONAIS				
Itens	Valor	% comprometimento	Limites LRF 3º quad/2009	
			Geral	Prudencial
<b>Despesa com Pessoal (DP):</b>	<b>(em Reais)</b>	<b>% DP/RCL</b>	<b>Geral</b>	<b>Prudencial</b>
<b>Despesas com Pessoal Total:</b>	<b>6.438.062.621,60</b>	<b>51,77%</b>	<b>60,00%</b>	<b>57,00%</b>
Poder Legislativo	332.251.496,07	2,67%	3,00%	2,85%
Assembléia Legislativa	175.084.461,16	1,41%	1,44%	1,37%
Tribunal de Contas	157.167.034,91	1,26%	1,56%	1,48%
Tribunal de Justiça	487.121.254,51	3,92%	6,00%	5,70%
Ministério Público	190.705.971,96	1,53%	2,00%	1,90%
Poder Executivo	5.427.983.899,06	43,65%	49,00%	46,55%
<b>Dívida:</b>	<b>(em Reais)</b>	<b>% Dívida/RCL</b>	<b>Limites LRF/Resol. Senado nº 43/2001</b>	
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	4.798.706.112,65	38,59%	200% da RCL	
<b>Operações de Crédito</b>	664.395.094,46	5,34%	16 % da RCL	
<b>Garantias</b>	6.645.437,95	0,05%	22% da RCL	
<b>Antecipação de Receita Orçamentária – ARO</b>	Não houve		7% da RCL	
<b>Educação e Saúde:</b>	<b>(em Reais)</b>	<b>% aplicado da Rec. de impostos</b>	<b>Limites Constitucionais</b>	
<b>Educação</b> (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	2.731.516.258,02	26,10%	25%	
FUNDEB	1.384.575.353,64		CUMPRIDO	
Remuneração de Magistério	991.251.398,47	74,14%	60%	
<b>Saúde</b> (Ações e Serviços Públicos)	1.558.680.323,36	14,89%	12%	



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

<b>RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</b>						
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</b>						
<b>Publicação</b> (LRF, artigo 55, § 2º)	<b>1º quadrimestre</b>	<b>2º quadrimestre</b>	<b>3º quadrimestre</b>			
Consolidado (do Estado)	29/05/10	30/09/10	29/01/11			
Poder Executivo	29/05/10	30/09/10	29/01/11			
Assembléia Legislativa	28/05/10	29/09/10	29/01/11			
Tribunal de Contas	27/05/10	28/09/10	27/01/11			
Tribunal de Justiça	28/05/10	29/09/10	28/01/11			
Ministério Público	28/05/10	29/09/10	28/01/11			
<b>Envio ao TCE</b> (Lei Estadual 12.600/04, art.39, c/c Res. TC nº 04/2009, artigo 3º) <sup>(1 e 2)</sup>	<b>1º quadrimestre</b>	<b>2º quadrimestre</b>	<b>3º quadrimestre</b>			
Consolidado (do Estado)	02/06/10	01/10/10	28/03/11			
Poder Executivo	02/06/10	01/10/10	28/03/11			
Assembléia Legislativa	07/06/10	30/09/10	25/04/11			
Tribunal de Contas	02/06/10	13/10/10	29/06/11			
Tribunal de Justiça	09/06/10	07/10/10	01/04/11			
Ministério Público	18/06/10	13/10/10	18/04/11			
<b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA <sup>(3)</sup></b>						
	<b>1º Bim</b>	<b>2º Bim</b>	<b>3º Bim</b>	<b>4º Bim</b>	<b>5º Bim</b>	<b>6º Bim</b>
<b>Publicação</b> (LRF, art 52)	30/03/10	29/05/10	30/07/10	30/09/10	30/11/10	29/01/11
<b>Envio ao TCE</b> (Res. TC nº 04/2009, artigo 3º) <sup>(1 e 2)</sup>	02/06/10	02/06/10	04/08/10	01/10/10	06/12/10	28/03/11

**Notas:**

1 - O art. 3º da Resolução TCE/PE 04/2009 substituiu a obrigatoriedade de envio dos RGF e RREO em meio impresso a este Tribunal de Contas pelo envio destes relatórios, em meio magnético, ao SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (operacionalizado pela CEF). Os únicos demonstrativos que estão sendo entregues impressos ao TCE são os referentes ao das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e ao da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde;

2 - A data apresentada como de envio ao TCE é a data da última homologação ocorrida no SISTN;

3 - O Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas passou a ser publicado pelo Estado a partir do RREO do 4º Bimestre.